



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO

Procuradoria Geral do Trabalho

Secretaria Operacional da Chefia de Gabinete do Procurador Geral do Trabalho

SAUN Quadra 5, Lote C, Torre A - Asa Norte - Brasília/DF - CEP 70040-250

Tel. (61) 3314-8500 - portal.mpt.mp.br

2021 - Ano Internacional para a Eliminação do Trabalho Infantil

#Chega de Trabalho Infantil

Portaria nº 1608.2021

PGEA 20.02.0300.0001467/2021-47

Disciplina a formação e o funcionamento os Grupos Especiais de Atuação Finalística – GEAFs no âmbito do Ministério Público do Trabalho.

O PROCURADOR-GERAL DO TRABALHO, no uso de suas atribuições previstas no art. 91, XXI, da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993,

CONSIDERANDO a necessidade de racionalização do funcionamento dos grupos especiais de atuação finalística, tal como previstos no art. 2º, III c/c §3º da Resolução CSMPT nº 69, de 2007, no art. 24 do Ato Conjunto PGR/CASMPU nº 1, de 2014 e no art. 15 da Resolução CSMPT nº 132, de 2016;

CONSIDERANDO a evolução das formas de atuação que demandas progressivamente a adoção de medidas articuladas entre membros e órgãos do Ministério Público do Trabalho;

CONSIDERANDO que há de se prestigiar os arranjos voluntários e inerentes à independência funcional e princípio da unidade;

CONSIDERANDO a possibilidade de organizações próprias e diversas para otimizar a realização de atos e garantir eficiência e economicidade à atuação ministerial;

RESOLVE:

Art. 1º A atuação concertada direta entre membros do Ministério Público do Trabalho é inerente a independência funcional e ao princípio da unidade e independe de autorização.

§ 1º As regionais poderão criar listas de designação específica ou outras formas consensuais de rodízio para auxílios recíprocos e mútuos entre os

ofícios.

§ 2º É possível, como medida de articulação direta e voluntária, a realização de inspeções e diligências de diversos ofícios por um único membro em deslocamento ou programação unificada da unidade regional para otimizar deslocamentos e afastamentos de membros dos ofícios.

§ 3º É possível às unidades regionais autorizar o deslocamento conjunto de membros para a realização de atos complexos ou que possam representar risco majorado em diligências externas, sempre buscando otimizar deslocamentos e maior eficiência, efetividade e economicidade nas ações externas.

Art. 2º Poderão ser constituídos Grupos Especiais de Atuação Finalística – GEAFs, em âmbito nacional, regional ou local, para o enfrentamento concentrado de demandas institucionais concretas e pontuais ou para propiciar atuação conjunta, em procedimentos administrativos ou processos judiciais, em face de denunciados, investigados ou réus específicos ou de setores econômicos, com vistas a conferir unidade de tratamento em situações graves ou complexas e que exijam medidas específicas ou urgentes.

§1º. Os Grupos Especiais de Atuação Finalística – GEAFs, terão no máximo 05 (cinco) integrantes, salvo em situações excepcionais devidamente justificadas.

§ 2º O(A) Procurador(a)-Geral do Trabalho poderá, criar Grupos Especiais de Atuação Finalística – GEAFs de âmbito nacional para o enfrentamento de situações excepcionais não previstas no Planejamento Estratégico Institucional ou como instrumento de despersonalização da atuação em situação de risco, hipótese que deverá ser acompanhada pela Secretaria de Segurança Institucional (SSI), inclusive para indicação de medidas a serem adotadas no desenvolvimento dos trabalhos.

§ 3º A Secretaria de Segurança Institucional (SSI) poderá propor a constituição de Grupos Especiais de Atuação Finalística – GEAFs de âmbito nacional como instrumento de despersonalização da atuação, quando constatada a necessidade da medida em análise de risco.

Art. 3º Podem requerer a criação de Grupos Especiais de Atuação Finalística – GEAFs, em âmbito nacional, os órgãos do Ministério Público do Trabalho elencados no art. 85 da LC nº 75/93 e as Coordenadorias Temáticas Nacionais, sem prejuízo da representação de qualquer interessado para quaisquer daqueles órgãos para avaliação de proposição.

§1º Apresentada a proposição de constituição de Grupos Especiais de Atuação Finalística – GEAFs perante o Procurador-Geral do Trabalho, este poderá solicitar a manifestação prévia de quaisquer dos órgãos elencados no *caput*.

§ 2º Designação dos(as) integrantes dos Grupos Especiais de Atuação Finalística – GEAFs, em âmbito nacional, será feita pelo(a) Procurador(a)-Geral do Trabalho.

§ 3º Será dada ciência da constituição à Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público do Trabalho; à Corregedoria do Ministério Público do Trabalho e à Secretaria de Planejamento e Gestão Estratégica – SPGE.

Art. 4º As Procuradorias Regionais do Trabalho poderão constituir Grupos Especiais de Atuação Finalística – GEAFs, em âmbito regional, por portaria editada pelo(a) Procurador(a)-Chefe, para o enfrentamento concentrado de demandas institucionais concretas e pontuais ou para propiciar atuação conjunta, em procedimentos administrativos ou processos judiciais, em face de denunciados, investigados ou réus específicos ou de setores econômicos, com vistas a conferir unidade de tratamento em situações graves ou complexas e que exijam medidas específicas ou urgentes, bem como para o enfrentamento de situações excepcionais não previstas no Planejamento Estratégico Institucional ou como instrumento de despersonalização da atuação em situação de risco.

§ 1º Qualquer interessado poderá propor a criação de Grupos Especiais de Atuação Finalística – GEAFs, em âmbito regional, cabendo recurso para o(a) Procurador(a)-Geral do Trabalho, no prazo de 2 (dois) dias úteis, em caso de denegação do pedido.

§ 2º Será dada ciência da constituição à Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público do Trabalho; à Corregedoria do Ministério Público do Trabalho e à Secretaria de Planejamento e Gestão Estratégica – SPGE.

Art. 5º A atuação por meio de GEAF observará as diretrizes da atuação estratégica e os seguintes requisitos:

- I – justificativa e indicação do objetivo estratégico ao qual o GEAF se alinha;
- II - objetividade e clareza de escopo;
- III - plano de trabalho, com definição de responsabilidades de gestão, custos, execução e avaliação;
- IV - prazo de duração não excedente de 12 (doze) meses, prorrogável mediante justificativa e autorização;

V - apresentação dos resultados por meio de relatório de conclusão.

Art. 6º O GEAF será formalizado em procedimento administrativo que será encaminhado ao (à) coordenador(a) indicado(a) no ato de constituição.

Art. 7º. A distribuição das atividades entre os integrantes do GEAF observará os critérios previamente estabelecidos pelo(a) coordenador(a).

Art. 8º. O Sistema MPT Digital será adaptado para que os(as) integrantes do GEAF possam praticar atos nos procedimentos e nos processos do acervo vinculado ao Ofício em que estiverem atuando.

Art. 9º. A SPGE fomentará a realização de treinamentos sobre formas de atuação articulada direta, bem como compilar e difundir boas práticas regionais verificadas.

Art. 10. Fica revogada a Portaria nº 1097/2021.

Art. 11. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

assinado digitalmente
JOSÉ DE LIMA RAMOS PEREIRA